

«GEO» DIVERSIDADE, CULTURA E PATRIMÓNIO: UMA LEITURA INTEGRADA DA PAISAGEM

LAURA SOARES*
ELSA PACHECO**
JOÃO LUCAS***

Resumo: *A paisagem envolve componentes naturais, socioeconómicas e culturais, onde, cada vez mais, parecem esvaziar-se de sentido as leituras fragmentadas que distinguem património natural e património cultural. A paisagem deve ser encarada como o resultado de uma articulação recíproca entre o suporte biofísico e os valores culturais que o moldaram.*

Neste artigo, revisita-se o conceito de paisagem e reinterpretar-se, à luz da necessária integração geográfica e nos quadros de vida atual, o essencial da diversidade e conservação do património, enquanto âncoras da promoção e valorização do relacionamento entre o Homem e os recursos territoriais, nomeadamente através do geoturismo.

Palavras-chave: *Paisagem integrada; Património; Turismo geocultural; Valorização territorial.*

Abstract: *The landscape involves natural, socioeconomic and cultural components, where fragmented readings that distinguish natural and cultural heritages seem increasingly emptied of meaning. The landscape should be regarded as a result of a reciprocal interaction between the biophysical environment and cultural values that forged it.*

In this article, we revisit the concept of landscape and, in light of a much needed geographical integration, the essential of the diversity and conservation of heritage, as anchors to promote and enhance the relationship between man and territorial resources, namely through geotourism.

Keywords: *Integrated landscape; Heritage; Geocultural tourism; Territorial enhancement.*

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento dos estudos e reflexões sobre a inventariação, caracterização e avaliação de sítios de interesse natural e cultural, ligados, frequentemente, a propostas de valorização e desenvolvimento territorial para a promoção do potencial geoturístico. A este enquadramento não é alheio o consenso mundial em torno da preservação do património, expressa em novembro de 1972 pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, a que se associa, a Convenção Europeia da Paisagem estabelecida em Florença no ano 2000 e a Carta Internacional sobre Turismo Cultural (International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, México, 1999). Nestes documentos perspetiva-se uma visão integrada do património natural e cultural. Porém, os estudos desenvolvidos, nomeadamente em Portugal, tendem a privilegiar aspetos parcelares de uma realidade – a paisagem ou as suas memórias, parecendo esquecer que a configuração de um território e da sua paisagem, resultam da interação entre a natureza e a cultura ao longo do tempo. Isto é, a paisagem apresenta dimensões mais objetivas e materiais, normalmente conotadas com aspetos da

* CEGOT/FLUP. Email: lauras@letras.up.pt.

** CITCEM/FLUP. Email: elsap@letras.up.pt.

*** FLUP. Email: joao.mcr.lucas@gmail.com.

geografia física, mas também dimensões culturais, percebidas e subjetivas (NOGUÉ, 2008).

Partindo de alguns conceitos relacionados com a valorização da paisagem, o património e a promoção do seu potencial turístico, revisitam-se reflexões, estudos e dossiers de política e planeamento, para destacar uma perspetiva geográfica, integrada, que envolve componentes naturais, socioeconómicas e culturais. Procuram-se registos e argumentos que encarem a paisagem e o património como entidades multitemáticas e multiescalares, intimamente ligadas, ou seja, na articulação recíproca entre o suporte biofísico e os valores sociais e culturais que os moldaram. Gestos e hábitos decorrentes da ação do homem alteram-se e traduzem-se em mudanças nas paisagens, mas estas também interferem no comportamento das populações (RIBEIRO, 2001). Trata-se, portanto, de encetar mais um exercício de reflexão no qual se procura conciliar a valorização com a proteção e (geo)conservação da paisagem, orientada para a melhoria da qualidade de vida das populações. Esta orientação assume particular relevância em áreas de baixa densidade de ocupação territorial, muitas vezes em perda demográfica, onde urge incentivar atividades inovadoras centradas na valorização dos recursos endógenos (naturais e humanos, materiais e imateriais). Dito de outra forma, respeitar a diversidade e a memória da paisagem pode ser a base para a promoção de atividades de desenvolvimento, por exemplo através do turismo, mais ajustadas às dinâmicas territoriais (LUCAS *et al.*, 2012).

Espaço de apropriações, sentidos, referências culturais e significados simbólicos, a paisagem reflete a forma como o Homem explora e percebe os recursos do seu território (SOARES *et al.*, 2010). Contar esta «história» numa ótica integrada ajuda a mobilizar estratégias que podem marcar as direções do desenvolvimento.

2. PAISAGEM: REINTERPRETAÇÕES DE UM CONCEITO

O conceito de paisagem assume significados diferentes porque é objeto de estudo de várias áreas do saber e porque o seu sentido alterou-se no âmbito dos paradigmas que se foram impondo no contexto científico. A paisagem ocupa um espaço intersticial no saber, assumindo forte carácter interdisciplinar na transversalidade imposta pelo apelo interpretativo e criativo a que se associa (MONTANER, 2008). Este aspeto é particularmente notório se a análise se centrar nas nuances do conceito em Geografia, onde a paisagem se define como o objeto privilegiado de estudo: a) desde a sua valorização excecional no quadro Vidaliano encarada como uma síntese «entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica» (DOMINGUES, 2001, p. 56). Uma paisagem que revela um «género de vida» («genre de vie»), um conceito dinâmico assente em noções de «hábito» e «adaptação ao meio», encaradas como fatores de diferenciação das regiões/paisagens (CLAVAL, 2010, p. 149). Ou seja, a paisagem seria o resultado da adaptação das comunidades ao meio, onde o hábito e as práticas instrumentais davam lugar à transmissão de heranças culturais (NAME, 2010); b) passando

pela perspetiva neopositivista, na qual é substituída pelo conceito de «espaço» em associação com perspetivas quantitativas assentes na definição de modelos preditivos da realidade, aqui como alternativa à subjetividade e à tendência descritiva, numa óptica que visa a descoberta de padrões/regularidades nas distribuições espaciais (HENRIQUES, 2001/02); c) ou pelas correntes radicais de que emerge o «território» como resultado de conflitos, tensões e recomposições de uso em processos de construção social (DOMINGUES, 2001). Um território heterogéneo, em que se marca a diferença, a fragmentação, o marginal, de onde emerge o multiculturalismo (NOGUÉ, 2008); d) até às novas perspetivas ambientalistas, nas quais a paisagem surge enquadrada no discurso do desenvolvimento sustentável, do planeamento e do ordenamento do território num exercício interpretativo mais ligado à ecologia e à busca de equilíbrios, recuperando uma visão mais «naturalista»; e) mas associada, igualmente, à valorização do património cultural, para o qual são criadas leis e organismos específicos de proteção no quadro das «paisagens patrimoniais», recuperando o interesse, por vezes nostálgico, da preservação de memórias e heranças.

Na atualidade, podem considerar-se três tendências principais na análise da paisagem: (1) uma mais associada ao que se designa por Ecologia da Paisagem¹, que privilegia a componente biofísica e os valores ambientais naturais, no domínio de estudo das Ciências da Terra (com áreas científicas como a Geografia Física, a Geologia ou a Biologia); (2) uma perspetiva que se enquadra no âmbito das Paisagens Culturais, com ligações evidentes às Ciências Sociais e Humanas e ao conceito Paisagem-Património, na qual a paisagem é vista como o conteúdo geográfico de uma dada área,

... um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais [constituindo] uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER e MIKESSELL, 2010, p. 36)².

Trata-se de uma abordagem que exclui a indissociação entre paisagem e cultura na oposição constante entre «materialidade» e «imaterialidade» (NAME, 2010); (3) uma visão, ligada ao conceito anterior, mas que congrega, cada vez mais, as duas perspetivas anteriores, considerando

... uma vontade de reconstituir uma identidade e um enraizamento local, uma defesa de valores naturais e ecológicos, uma necessidade de qualificar o quadro de vida quotidiano, mas também (e, sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excecionais (DOMINGUES, 2001, p. 62).

¹ De acordo com FERREIRA *et al.* (2001), o termo «Ecologia da Paisagem» foi criado por Troll em 1939, para o qual proporia mais tarde a designação de «Geocologia», «... entendida como o estudo das inter-relações dos elementos físicos da paisagem, [embora se tratasse] de uma análise essencialmente qualitativa, fisionómica e cartográfica» (p. 159). Só na década de 1980 a Ecologia da Paisagem seria sistematizada e quantificada, destacando-se o contributo de Forman e Godron (1986).

² Esta perspetiva vai de certa forma ao encontro à ideia de Carl Sauer (1925), no sentido de que a «... cultura es el agente, el área natural es el medio, el paisaje cultural es el resultado» (VÁZQUEZ VARELA E MARTÍNEZ NAVARRO, 2008, online).

Ou seja, como refere MONTANER (2008, p. 235), uma perspetiva que tem em conta «... los ecosistemas naturales y los paisajes transformados historicamente por el ser humano [traduzindo] uno de los principios del nuevo paisajismo de principios del siglo XXI».

Na legislação portuguesa e europeia é possível detetar as perspetivas anteriores. Por exemplo, é evidente a visão mais reducionista expressa no artigo 5.º da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, p. 1387), em que a paisagem é entendida como uma

... unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.

Em contraponto, destaca-se o ponto de vista expresso no Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, que transpõe para o quadro nacional a Convenção Europeia da Paisagem, no sentido de

... estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias [considerando que] a paisagem desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego [...] para a formação de culturas locais e [...] para o bem-estar humano... (p. 1025).

Na Geografia portuguesa, a investigação recente permite identificar trabalhos que vão ao encontro das três tendências referidas anteriormente.

O sentido naturalista, regista-se na investigação de geógrafos como FERREIRA *et al.* (2001), que, no seu artigo sobre «Metodologias de análise e classificação das paisagens. O exemplo do projeto Estrela», falam da «paisagem real», salientando um entendimento integrado da Geografia Física (com os seus vários ramos – designadamente geomorfologia, climatologia e biogeografia – numa perspetiva integrada e dinâmica). Aqui, a paisagem é encarada como «geossistema» e analisada nos seus aspetos mais concretos – a «paisagem real», o «espaço-objeto», no sentido de «extensão cartesiana».

Para a Ecologia da Paisagem, destacam-se os estudos relacionados com a métrica da paisagem – «landscap metrics», visando analisar a sua estrutura e evolução temporal com base na definição e medição de padrões espaciais do uso do solo. Assim, a paisagem é encarada como «um mosaico de alguns quilómetros, nos quais ecosistemas e usos do solo específicos se repetem... um sistema vivo [que] exhibe três características gerais: estrutura, funcionamento e mudança» (CASIMIRO, 2000, p. 49). Neste contexto, DELGADO (2010) considera que é possível subdividir as paisagens em dois grandes grupos «... naturais e culturais [...] que geralmente acabam por se cruzar como “palimpsestos” compostos por várias “camadas” (layers) ou níveis que se sobrepõem» (p. 95).

No âmbito da Geografia Cultural, SARMENTO (1997, p. 166), num texto em que discute as suas relações com a Geografia do Turismo, aborda o conceito de paisagem no contexto de «renascença humanística» na Geografia, salientando que estas são «... uma manifestação de uma dada cultura, símbolos ou representações emblemáticas de poder, capital e status» e que o seu significado só pode ser apreendido se contextualizada nesses domínios. No mesmo sentido, PIMENTA (2007, p. 476) refere que a paisagem constitui uma «representação da Memória, a «geografia imaginativa» que do Passado detêm os diversos momentos da historiografia».

Numa leitura similar, marcando o «renascimento dos estudos da paisagem em Geografia» GASPAS (2001, p. 89) salienta «...a emergência de novas apreciações sensoriais da paisagem», como a olfativa, a sonora e a táctil, inserida num contexto marcadamente cultural, de apelo às memórias, emanando do sujeito que a apreende. Ou seja, cada indivíduo «vê» a paisagem de uma forma distinta «... não só devido à sua posição de observação, mas também dependendo dos seus interesses individuais» (PEREIRA, 2006, p. 41).

No mesmo ano, 2001, SALGUEIRO retoma a associação do termo «paisagem» à pintura num contexto de representação pictórica do campo centrado no interesse pela observação da natureza – «objeto e condição de beleza», remetendo para o «território» o «espetáculo estético».

Finalmente, destaca-se o ponto de vista ligado ao conceito Paisagem-Património numa perspetiva que concilia os aspetos «naturais» com os «culturais». Neste contexto, salientam-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Geopatrimónio (na sua maioria da autoria de geólogos e geomorfólogos), que começam a assumir particular destaque a partir de meados da década de 1990. Mas mesmo neste domínio, alguns dos autores reconhecem que a paisagem traduz a interação de elementos biofísicos e socioeconómicos, constituindo aquilo que designam por sistema ambiente (PEREIRA, 1995). No mesmo sentido, PEREIRA *et al.* (2004, p. 5), salientam a ligação da paisagem a questões de geoconservação, ao considerar que a

... paisagem é aquilo que resulta da nossa perceção da imagem do espaço [que] pode conter simultaneamente (o que quase sempre acontece) elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetónicos, agrícolas, industriais, etc.) [existindo] paisagens que, pelo seu valor científico, histórico/cultural, estético e/ou socioeconómico podem e devem ser consideradas património.

Este entendimento é reforçado por PEREIRA (2006) ao considerar que a paisagem não é um objeto, mas sim uma «expressão visual», na medida em que só existe a partir do sujeito que a assimila através dos sentidos – imagem percebida sempre imbuída de um carácter subjetivo que resulta da sua vivência. Ou seja, a paisagem é função do que cada indivíduo deduz da observação do «espaço», podendo este ser interpretado a vários níveis, mas sempre entendido numa perspetiva sistémica do ambiente, com elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetónicos, agrícolas, industriais, entre outros). Esta postura segue de perto a de Pitte (citado por AMARAL, 2001, p. 77), segundo o qual

... a paisagem é a expressão observável à superfície da terra, pelos sentidos, da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. Ela é, essencialmente, mudável e não pode ser apreendida senão na sua dinâmica, isto é, no quadro da história que lhe restitui a sua quarta dimensão. Se a ecologia lembra que a natureza tem as suas leis fundamentais e que é oneroso transgredi-las, a história ensina que o homem tem as suas razões que a natureza ignora. A paisagem é acto de liberdade.

O ponto de vista partilhado pelos autores deste artigo associa-se ao conceito paisagem-património, mas segundo uma visão que articula os aspetos «naturais» e os «culturais», ou seja, uma abordagem inserida no conceito de «integrated cultural landscape», tal como perspetivado por PANIZZA & PIACENTE (2003), ao valorizar os aspetos de desenvolvimento territorial e promoção turística da paisagem, no qual os sítios de interesse geológico e geomorfológico também fazem parte da paisagem cultural. Neste sentido, associa-se igualmente à perspetiva tripartida do sistema teórico-metodológico (GTP) de Georges e Claude Bertrand³, que procura

... entender os fenômenos entre natureza e sociedade de maneira integrada, onde geossistema [os sistemas bióticos e abióticos transformados pela ação humana], território [enquanto recurso que resulta das atividades socioeconômicas que se sucedem no tempo] e paisagem [como representação da interação natureza-cultura] aparecem com significados e valores diferenciados, porém coexistentes e conferindo dinâmica àquilo que chamamos de espaço geográfico (SOUZA, 2009, p. 104).

Pode então falar-se de paisagens geoculturais.

3. PAISAGEM É PATRIMÓNIO... CULTURAL E NATURAL

Diversos autores consideram que faz mais sentido falar em «patrimónios» em vez de «património» (MARTINS, 2006). Efetivamente, como refere OLIVEIRA (2007, p. 34) a

... diversidade de patrimónios existentes num território e a multiplicidade de bens patrimoniais únicos são caracterizadores de épocas diferenciadas, registando factorialmente a História do lugar e das suas populações, assumindo-se no presente, numa perspetiva de salvaguarda patrimonial desses mesmos valores.

Ou seja, se originalmente o património (e de acordo com o próprio étimo latino «patrimonium») se associava à ideia de posse de um objeto ou de um conjunto de bens encarados como herança do «pai» transmitida aos seus descendentes, na atualidade é perspetivado, também, num âmbito mais global, enquanto herança multidimensional composta por elementos materiais e imateriais de grande valor, cuja preservação e enriquecimento faz parte da consciência coletiva de um povo (MARTINS, 2006).

³ BERTRAND, George; BERTRAND, Claude (2007) – A Geografia e as ciências da natureza. In PASSOS, M. Passos, org. – Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, p. 98-117.

De qualquer modo, o conceito de património pode ter várias conotações consoante o domínio científico em que é considerado, assim como evidencia uma evolução ao longo do tempo, no sentido em que tende, cada vez mais, a integrar uma vasta gama de «coisas» (no sentido jurídico do termo) transformadas em «bens materiais e imateriais», a partir do momento em que lhes é atribuído um valor económico, afetivo, estético ou científico (TELLES, s. d.). Assim, ao significado histórico de edifícios e objetos, sempre ligado ao «material», à noção de herança, como traduzindo a memória coletiva de um povo que urge preservar, hoje considera-se, além do «imaterial», a própria vinculação do património à envolvente geográfica e social, embora esta última aceção apareça ainda de forma limitada.

O conceito de património, expresso no Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001), faz referência aos bens materiais e imateriais como herança dos nossos antepassados, definição que se encontra também em Fonseca (2009), quando refere que, na generalidade, se pode entender o património como sendo um legado que nos foi deixado, fazendo parte de um presente que deve manter-se para as gerações posteriores. Ou seja, este termo desenvolve-se, normalmente, em associação com o de «bens de herança ou de posse» que «pela perceção humana e com o tempo, adquiriram um valor especial» (PEREIRA, 2006, p. 13). Por outro lado, acentua-se o facto de incluir «... bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc. [cujo objetivo] é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras»⁴, perspetiva muito interessante que se associa com o conceito de «desenvolvimento sustentável» que tão frequentemente é utilizado em leituras territoriais prospetivas.

Mas como atrás se referiu, atualmente defende-se um conceito de património que tende a considerar, não só monumentos ou bens isolados, mas também sítios e paisagens integradas, onde o «material» e o «imaterial» e o «natural» e o «cultural» se associam – perspetiva que admite como a mais adequada e que remete para uma outra reflexão: os significados dos «tipos de património».

De acordo com HERNÁNDEZ (1996, p. 256), o termo «património cultural» foi utilizado pela primeira vez na Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Paris, 1962), substituindo o de «civilização», referindo que foi a legislação italiana quem melhor incorporou este conceito, definindo-o como

... todos los bienes que hacen referencia a la historia de la civilización [...] los bienes de interés arqueológico, histórico, artístico, ambiental y paisajístico, archivístico y bibliográfico, y cualquier otro bien que constituya un testimonio material, y posea valor de civilización.

Este conceito é sem dúvida bastante inovador e, como refere PEREIRA (2006, p. 17), até mais abrangente relativamente a outros apresentados posteriormente, uma vez que assume aspetos relacionados com a componente natural, quando faz alusão a bens ambientais e paisagísticos.

⁴ BECERRA, 1997, citado por PEREIRO, 2006, p. 24.

Em 1972, a já referida Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, discute igualmente vários conceitos. De acordo com o art.º 1 do Decreto n.º 49/79 de 6 de Junho, são considerados como património cultural:

(1) *Os monumentos – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

(2) *Os conjuntos – Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

(3) *Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*⁵.

Nesta normativa há já uma nítida distinção entre património cultural e natural, apesar de ser feita alusão a «obras conjugadas do homem e da natureza» e à «integração na paisagem» do património construído. No entanto, considera-se que esta separação se prende, pelo menos em parte, com a necessidade de simplificar e definir critérios standardizados para a elaboração do inventário dos bens do património cultural e natural que cada Estado deve apresentar ao Comité do Património Mundial (criado ao abrigo desta convenção), para que este possa estabelecer, atualizar e difundir a lista do património mundial.

De qualquer modo esta separação tende a permanecer, como demonstra a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro (2001), que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. No seu art.º 2, refere-se que «integram o património cultural todos os bens [móveis e imóveis]⁶ que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização». À vasta lista disponível na referida Lei, associam-se ainda os «bens imateriais»⁷ (estruturantes da identidade e da memória coletiva) e os contextos pertinentes para a sua interpretação. Nesta sentido jurídico do património cultural perde-se, em parte, o carácter integrador homem-meio, esquecendo-se que o natural também é «obra» de construção e interpretação científica, pelo que não deixa de ser «cultural».

⁵ Documento disponível em <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/98/38/decretolei49.asp>>. [Acedido em 20 de Abril de 2011].

⁶ Os bens culturais móveis são definidos na secção IV desta lei (p. 5817), constituindo «... espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, audio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento (...). Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional». Refira-se, ainda, relativamente a estes bens, o Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o seu procedimento de classificação, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

⁷ Os bens imateriais são definidos no art.º 91 da presente lei (p. 5825), correspondendo a «... realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas [devendo merecer especial proteção] as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos».

Neste quadro legislativo, é ainda importante referir a Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro, que aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (assinada em Faro, em 2005). A definição de património cultural aqui apresentada marca de certa forma um avanço:

... group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time.

Efetivamente, ao considerar que o património cultural deve incluir a interação temporal entre as populações e os lugares, ou seja, todos os aspetos do meio, aparentemente aproxima-se da ideia, que neste artigo se assume como mais adequada – a da abordagem integrada do património.

Relativamente ao património natural, e no âmbito da já referida Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, são considerados:

(1) Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;

(2) As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

(3) Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

O património natural integra, portanto, o que se designa por georecursos, englobando elementos bióticos («espécies animais e vegetais») e abióticos («formações físicas, geológicas e fisiográficas»), aos quais é reconhecido um valor excecional de acordo com o seu caráter «estético» ou «científico» – mas também pedagógico, cultural e socioeconómico –, pelo que devem ser alvo de medidas de conservação. Esta aceção é considerada no novo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, correspondendo este património ao «... conjunto dos valores naturais com reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético», sendo os valores naturais definidos como «... elementos da biodiversidade, paisagens, territórios, habitats ou geossítios» (Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, p. 4599).

Neste contexto, propõe-se uma definição bastante abrangente de património natural, não só ao nível dos elementos que o constituem (que abarca todo o ambiente natural, palco da atividade humana) mas também da escala de análise, possuindo uma dinâmica e sensibilidade próprias. Assim, e de acordo com FONSECA (2009, p. 18-19) o património natural reporta-se a todo um conjunto de bens que pertencem a diferentes domínios, designadamente o biológico (que destaca como o mais desenvolvido), o geológico

(que considera geralmente desvalorizado) e o paisagístico. Acentua, ainda, que o património natural deve ser reconhecido e valorizado por todos e, dessa responsabilização, devem decorrer direitos e deveres para os cidadãos.

O que parece importante destacar no âmbito dos conceitos apresentados, é que em todos está subjacente o conceito de paisagem enquanto património. Com efeito, a paisagem atual constitui um «ponto de encontro» entre o natural e o cultural, resultando de um processo de consolidação na história, na qual meio e homem se relacionam construindo a sua memória. Esta ideia está clara na definição de «paisagem cultural» adotada pelo Comité Científico Internacional das Paisagens Culturais, onde se lê que estas representam «... the combined works of nature and of Man [e ilustram a] evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal»⁸.

4. CONTRIBUTOS DO PREFIXO «GEO» PARA A ABORDAGEM À PAISAGEM

O termo «geodiversidade», segundo GRAY (2005, p. 5), começou a ser utilizado por geólogos e geomorfólogos na década de noventa, para caracterizar a variedade do meio abiótico, sendo definido como «... the natural range (diversity) of geological (rocks, minerals, fossils), geomorphological (land form, physical processes) and soil features incluindo their assemblages, relationships, properties, interpretations and systems».

No entanto, inicialmente este conceito era aplicado de forma redutora, muitas vezes apenas associado a aspetos geológicos⁹. Atualmente, e de acordo com REYNARD & CORATZA (2007) e RODRIGUES & FONSECA (2008, p. 3), a geodiversidade refere-se ao «... conjunto dos elementos naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos, cénicos, etc.) existentes num determinado espaço», que são suporte físico da biodiversidade e de todas as atividades humanas expressas na sua diversidade cultural.

Em termos gerais, a geodiversidade corresponde à parte «não viva» da natureza, abrangendo todos os fatores abióticos e condicionando a própria biodiversidade,

... uma vez que os diferentes organismos apenas encontram condições de subsistência quando se reúne uma série de condições abióticas indispensáveis. [Por outro lado, tende a determinar] a evolução da civilização [pelo que o] património construído é um excelente “espelho” da geodiversidade local (BRILHA, 2005, p. 18).

⁸ Guidelines on the inscription of specific types of properties on the World Heritage List. Documento disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide05-annex3-en.pdf>>. [Acedido em 23 de Abril de 2012].

⁹ Por exemplo, Nieto Albert (2001), citado por Araújo (2005, p. 25), definiu geodiversidade como sendo «... o número e variedade de estruturas e materiais geológicos que constituem o substrato físico natural de uma região, sobre qual assenta a atividade orgânica, incluindo a antrópica».

Em associação com o anterior, o conceito de «geopatrimónio», equivalente do termo inglês «geoheritage», deve ser entendido como «... o conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território [sendo] constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial» (RODRIGUES & FONSECA, ob. cit., p. 5). Ou seja, refere-se ao património natural de carácter abiótico existente em dada área, e inclui um conjunto de elementos que definem a sua geodiversidade com valor patrimonial, integrando ainda, como defendem os autores supracitados os patrimónios geológico, geomorfológico, hidrológico, pedológico, entre outros.

No entanto, nem todos os autores assumem esta leitura, sendo frequente a utilização do conceito de geopatrímónio quase como sinónimo de património geológico (i.e. CARVALHO, 1999; BARBOSA *et al.*, 1999; REIS, 2000), o qual integra um conjunto de subdivisões que contemplam, por exemplo, elementos geomorfológicos, paleontológicos ou mineralógicos (PEREIRA *et al.*, 2005; BRILHA, 2006). Ou seja, uma visão um pouco contida de geopatrímónio, mas, em simultâneo, demasiado ampla de património geológico. Por exemplo, DURÁN VALSERO *et al.* (2005, p. 278), consideram que o património geológico é constituído pelo conjunto de

... enclaves naturales, básicamente de carácter no renovable, aunque no exclusivamente, tales como formaciones rocosas, estructuras y acumulaciones sedimentarias, formas, paisajes, yacimientos minerales o paleontológicos, lugares hidrogeológicos, o colecciones de objetos geológicos de valor científico, cultural o educativo, cuyas características, sobre todo las relativas a su exposición y contenido, permiten reconocer, estudiar e interpretar la evolución de la historia geológica que ha modelado una determinada región y, en última instancia, de la Tierra.

Ou seja, incluem na sua definição uma vasta gama de elementos biofísicos, entre eles, os geomorfológicos.

Uma perspetiva interessante sobre o património geológico é apresentada por MUÑOZ (1988, citado por MANTESSO-NETO, 2010, p. 5), que o encara como

... georrecursos culturais, ou seja, recursos não renováveis de índole cultural, que contribuem para o reconhecimento e interpretação dos processos geológicos que modelaram o nosso planeta, que podem ser caracterizados de acordo com o seu valor (científico, didático), pela sua utilidade (científica, pedagógica, museológica, turística) e pela sua relevância (local, regional, nacional e internacional).

É uma perspetiva que nesta reflexão se partilha: o «natural» é, também «cultural», na medida em que depende, cada vez mais, da vocação para preservar.

No entanto, o conceito de património geomorfológico encontra-se bem consolidado e, em Portugal, foi introduzido por PEREIRA (1995, p. 11), definindo-o como

... o conjunto de formas de relevo, solos e depósitos correlativos, que pelas suas características genéticas e de conservação, pela sua raridade e/ou originalidade, pelo seu grau de vulnerabili-

dade, ou, ainda, pela maneira como se combinam espacialmente (a geometria das formas de relevo), evidenciam claro valor científico, merecendo ser preservadas.

Esta aceção é partilhada por PEREIRA (2006) e RODRIGUES & FONSECA (2008), integrando estes últimos na sua definição todas as formas de relevo e as formações superficiais que são correlativas da sua evolução passada e presente, encontrando-se emersas ou submersas. Estes autores distinguem claramente este conceito do de património geológico, considerando que apresenta um conjunto de evidências que permitem reconstituir «... a histórica geológica passada da Terra [...] compostas, por exemplo, por elementos estudados pela Paleontologia, com particular realce para os fósseis que auxiliam a datação dos materiais rochosos, pela sedimentologia, petrografia ou mineralogia, salientando-se a necessidade de preservar afloramentos com particular interesse científico e didático, ou pela tectónica que esclarece a importância de forças endógenas nas etapas de evolução da história da Terra» (ob. cit., p. 4-5).

Intimamente associados aos conceitos anteriores, destacam-se ainda os termos «geossítio» e «geomorfossítio», este último proposto por PANIZZA em 2001, utilizados para designar locais de interesse geológico e geomorfológico, detentores de um conjunto de valores (científico, estético, cultural, ecológico, económico ou outros), podendo constituir locais isolados, áreas ou locais panorâmicos, cujo valor justifica a proteção legal e a promoção no âmbito de atividades científicas, pedagógicas e turísticas (VIEIRA & CUNHA, 2008).

Na interpretação de BRILHA (2005) é clara a utilização de «geossítio» numa perspetiva ampla, caracterizando-se estes por eventos de geodiversidade derivados tanto de processos naturais como da ação humana. Mas FONSECA (2009, p. 20), que refere ter esta designação sido introduzida em 1996 pela International Union of Geological Sciences (IUGS), salienta que este conceito designa áreas

... onde elementos geológicos (geoelementos), apresentam significado, científico, pedagógico, cultural, turístico... [podendo ainda] constituir um recurso geológico desde que esteja potenciada a necessidade e a possibilidade de ser utilizado, de forma a ser rentabilizado sob duas vertentes: material (económica) e intelectual (didática, cultural), igualmente importante e complementar da anterior.

Ou seja, mantém-se uma discussão que deriva do significado atribuído ao património natural ou abiótico. «Geossítio» poderá significar locais que reúnem elementos patrimoniais característicos da geodiversidade, independentemente do seu âmbito disciplinar, mas num contexto mais restrito será apenas utilizado para designar o património geológico, do qual faz parte, designadamente, o geomorfológico. Quando se determinam «barreiras» científicas na sua definição, será apenas aplicado aos elementos geológicos, distinguindo-se dos «geomorfossítios».

5. PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO: GEOCONSERVAÇÃO E GEOTURISMO

Os conceitos de «geoconservação» e «geoturismo» encontram-se intimamente associados à ideia de geopatrimónio enquanto georecurso detentor de determinados valores, que potenciam o seu uso/exploração numa perspetiva de valorização da paisagem para o desenvolvimento territorial. Esta afirmação pode ser traduzida pelo esquema que REYNARD (2005) apresenta para definir os valores do património geomorfológico – mas que pode ser estendido ao geopatrimónio em geral – que, atribuídos pelo Homem, fazem com que este possa ser visto como recurso natural, cultural e económico e usado como tal (figura 1).

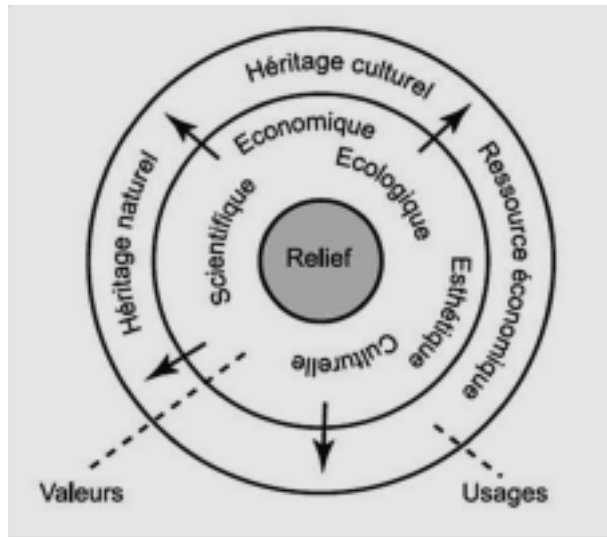


Figura 1 – Valores e respetivos usos atribuídos ao relevo terrestre (REYNARD, 2005).

É neste contexto que se inserem os conceitos de geoconservação e geoturismo.

Relativamente ao primeiro, BRILHA (2005, p. 51) salienta que devido à sua origem recente ainda não existe uma definição consensual, mas prende-se com a

... necessidade de conservar um determinado geossítio [tendo] como objetivo a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de significativos aspetos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos, (formas de paisagem) e de solo mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspetos e processos.

Neste sentido considera um conjunto de procedimentos e iniciativas, que estão dependentes, numa primeira fase, de uma inventariação e caraterização, dos geossítios (senso global), para que se possam definir as medidas mais adequadas para a sua conservação e enquadramento igualmente o seu potencial de utilização enquanto recurso passível de contribuir para o desenvolvimento das áreas em que se integram (BRILHA & CARVALHO, 2010).

É no potencial de uso do geopatrímónio que se situa o conceito de geoturismo, muito ligado ao Turismo da Natureza¹⁰, mas que não pode ser separado do de Turismo Cultural, podendo, tanto um como qualquer outro, fazer parte de uma estratégia de conservação¹¹ e de intervenção territorial sustentável. Aliás, na Carta Internacional sobre Turismo Cultural, adotada pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS, 1999)¹², considera-se que, por património, deve entender-se de forma conjunta e dinâmica os ambientes naturais e culturais. Constituindo fator de intercâmbio e desenvolvimento o turismo é, portanto, uma atividade capaz de captar recursos económicos do património, os quais devem ser reinvestidos na conservação, informação e promoção de políticas de valorização.

De qualquer modo, o conceito de geoturismo, à semelhança dos anteriores, envolve diferentes posturas. Sintetizando a opinião de vários investigadores, REYNARD (2008, p. 225-226) considera que a sua definição pode assumir dois pontos de vista diferenciados: (1) alguns autores associam-no a «turismo geográfico», que privilegia a descoberta de uma área de forma integrada, ou seja, envolvendo as componentes naturais e humanas, segundo uma orientação de desenvolvimento económico; (2) no segundo ponto de vista, é encarado como uma forma de turismo que visa especificamente a descoberta do geopatrímónio, sendo este analisado

... as a system made of three subsystems: forms (landscapes, landforms, sediments, rocks, fossils), processes (tectonic activity, volcanic processes, weathering, erosion, deposition), and tourism (attractions, accommodation, tours, activities, interpretation, planning and management).

Neste contexto, o autor citado considera que o geoturismo é visto como um tipo de «ecoturismo» que incide fundamentalmente sobre os geossítios, funcionando estes como base ou catalisador do desenvolvimento do turismo.

Esta última perspetiva é mais adequada quando uma determinada área do geopatrímónio é particularmente apelativa, suportando elevado valor científico e estético, o que constitui um fator decisivo na escolha dos turistas, mesmo dos «não especialistas». No entanto, o conceito de «turismo geográfico» parece mais consentâneo com a perspetiva enunciada neste artigo, a qual vai ao encontro de COSTA *et al.* (2004, p. 8) quando referem que

¹⁰ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto, que cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, considera que o «... turismo de natureza pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais».

¹¹ Note-se que para alguns autores o Geoturismo constitui uma forma de Ecoturismo ou Turismo Ecológico (i.e. ARAÚJO, 2005; COSTA *et al.*, 2004). No esquema da fig. 1, integramos ambos no contexto do Turismo da Natureza, considerando que o Geoturismo estaria mais vocacionado para atividades em torno do património abiótico, enquanto o Ecoturismo se centraria sobretudo no património biótico.

¹² Documento disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf>. [Acedido em 4 de Maio de 2011].

... o geoturismo é uma forma de valorização do território, nomeadamente no plano económico, podendo integrar um leque diversificado de serviços turísticos e de outras atividades com forte inserção nas economias rurais.

Esta ideia aparece igualmente destacada em RODRIGUES & FONSECA (2008, p. 5), ao salientarem que as estratégias de desenvolvimento sustentável a implementar nas áreas rurais deverão contemplar uma promoção do geopatrimónio que, garantindo a sua preservação e a «... qualidade cénica, científica e didática das paisagens e das formas de relevo e outros elementos patrimoniais que as compõem...» possa aproveitar o seu valor económico na ligação com o geoturismo, embora considerem que a sua capitalização para o desenvolvimento só ocorrerá, verdadeiramente, quando integrada nas estratégias de ordenamento dos espaços rurais.

Destaca-se, igualmente, a definição de Geoparque expressa pela Global Geoparks Network, que, ao considerar que o natural, o cultural e a história social não podem ser dissociadas, aproxima-se de uma leitura integrada do geopatrimónio na sua ligação com o geoturismo. Neste sentido, o conceito de Geoparque aplica-se a uma

... geographical area where geological heritage sites are part of a holistic concept of protection, education and sustainable development [mas deve considerar] the whole geographical setting of the region, and shall not solely include sites of geological significance. [Assim, tendo em conta a] synergy between geodiversity, biodiversity and culture [...] it is necessary to also include and highlight sites of ecological, archaeological, historical and cultural value within each Geopark¹³.

Independentemente da posição que se adote face aos conceitos anteriormente definidos, na verdade, a perspetiva integrada de paisagem atribui ao património um conjunto de valores que o potenciam como um georrecurso passível de ser considerado nas intervenções que visam o desenvolvimento territorial (Figura 2). Neste contexto, a sua divulgação torna-se essencial, respeitando normas que defendam a (geo)conservação, o que passa pela promoção de atividades turísticas sustentáveis.

Esta ideia encontra-se explícita no Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto, que estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a sua execução. Reafirmando como princípio geral a sustentabilidade do turismo articulada num triângulo composto pelas questões ambientais, sociais e económicas, definindo os recursos turísticos como «... os bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas».

¹³ Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network (GGN). <<http://www.globalgeopark.org/english/AboutGGN/dcm/201010/P020110121377968666721.pdf>>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

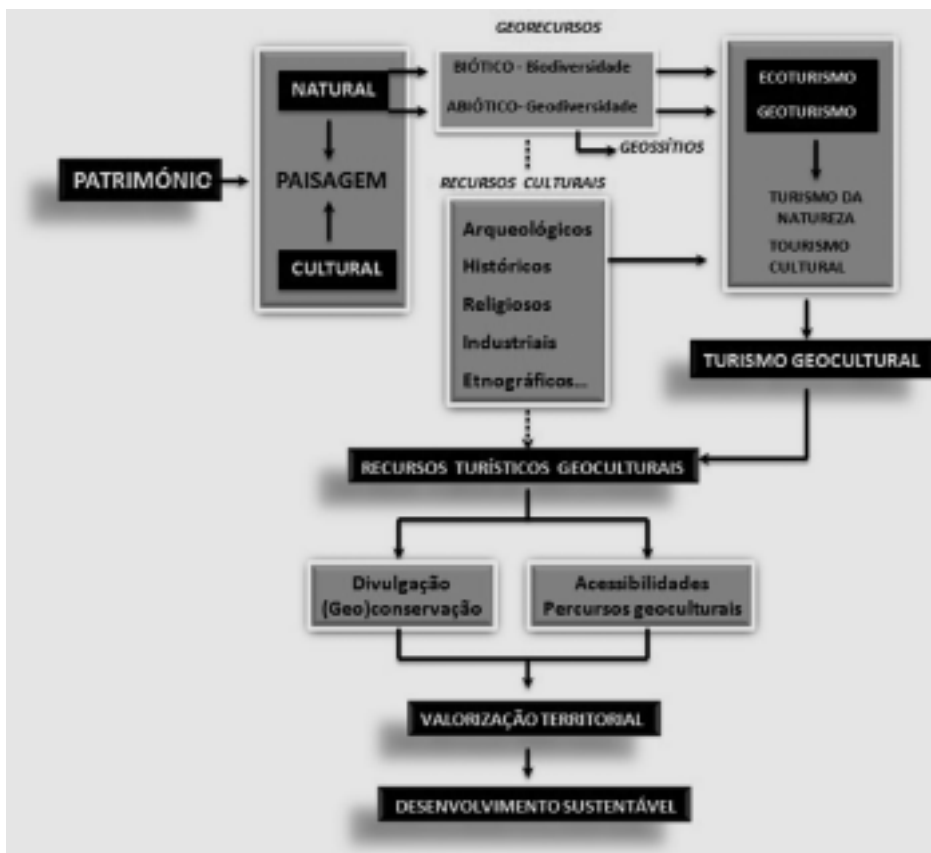


Figura 2 – Perspetiva integrada da paisagem, enquanto património e «recurso» geocultural.

A paisagem, através da exploração de atividades turísticas, deve constituir-se como um setor estratégico da economia nacional e uma área de intervenção prioritária, contribuindo para o desenvolvimento do território, principalmente em áreas ricas do ponto de vista paisagístico onde se conjugam valores patrimoniais naturais e culturais, podendo, se baseadas na vontade dos agentes e atores locais, conter e/ou contrariar as tendências de abandono ou degradação territorial.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ilídio (2001) – *Acerca de «paisagem»: Apontamentos para um debate*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 75-81.
- ARAÚJO, Eugénia (2005) – *Geoturismo: Conceptualização, Implementação e Exemplo de Aplicação ao Vale do Rio Douro no Sector Porto-Pinhão*. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências, Universidade do Minho, 213 p.

- BARBOSA, Bernardo; FERREIRA, Narciso; BARRA, António (1999) – *Importância da Geologia na defesa do património geológico, no geoturismo e no ordenamento do território*. «Geonovas», 13, p. 22-33.
- BRILHA, José (2005) – *Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Palimage Editores, 91 p.
- (2006) – *Património geológico: um novo modo de entender a conservação da natureza. Livro de resumos das IV Jornadas Internacionais de Vulcanologia da Ilha do Pico*, p. 20-21.
- BRILHA, José; CARVALHO, António Galopim (2010) – *Geoconservação em Portugal: Uma Introdução*. In NEIVA, J. M. Coteló et al., eds. – *Ciências geológicas: ensino, investigação e sua história*. Volume II, p. 435-441.
- CARVALHO, António Galopim (1999) – *Geomonumentos – uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projecto nacional de defesa e valorização do Património Natural*. Lisboa: Liga de Amigos de Conímbriga, 30 p.
- CASIMIRO, Pedro (2000) – *Uso do Solo – Ecologia da Paisagem: Perspectivas de uma nova abordagem do estudo da Paisagem em Geografia*. «GeoInova», n.º 2, p. 45-66.
- CLAVAL, Paul (2010) – *A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia*. In CORR A; ROSENDAHL, eds. – *Introdução à Geografia Cultural*. Bertrand Brasil, p. 147-166.
- COSTA, Luís; NEVES, A. Oliveira; PORTA, Magda (2004) – *Património geológico e turismo: como potenciar interrelações e dinamizar o desenvolvimento rural nos Açores. II Congresso de Estudos Rurais*, 12 p. Disponível em <http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema3/L_Costa.pdf>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].
- DELGADO, Carlos (2010) – *Expansão urbana e fragmentação de áreas com forte aptidão Agrícola: o caso de estudo da «bacia leiteira primária» de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, 335 p.
- DOMINGUES, Álvaro (2001) – *A paisagem revisitada*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 55-66.
- DURÁN VALSERO, Juan; CARCAVILLA URQUÍ, Luis; LÓPEZ-MARTÍNEZ, Jerónimo (2005) – *Patrimonio Geológico: Una panorámica de los últimos 30 años en España*. «Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat.» (Sec. Geol.), 100 (1-4), p. 277-287.
- FERREIRA, António de Brum; ALCOFORADO, Maria João; VIEIRA, Gonçalo; MORA, Carla; JANSEN, Jan (2001) – *Metodologias de análise e de classificação das paisagens. O exemplo do projecto Estrela*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 157-178.
- FONSECA, Maria Helena (2009) – *Estabelecimento de critérios e parâmetros para a valoração do património geológico português. Aplicação prática ao património geológico do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 166 p.
- FORMAN, Richard; GODRON, Michel (1986) – *Landscape ecology*. New York: John Wiley and Sons, Inc., 619 p.
- GASPAR, Jorge (2001) – *O retorno da paisagem à Geografia. Apontamentos místicos*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 83-99.
- GRAY, Murray (2005) – *Geodiversity and Geoconservation: What, Why, and How?* «Geodiversity & Geoconservation», vol. 22, n.º 3, p. 4-12.
- HENRIQUES, Eduardo (2001/02) – *Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação*. «Inforgeo», 16/17. Lisboa: Edições Colibri, p. 153-165.
- HERNÁNDEZ HERNANDÉZ, Francisca (1996) – *La conservación integral del patrimonio*. «Complutum Extra», 6(U), p. 251-260.
- LUCAS, João; SOARES, Laura; PACHECO, Elsa (2012) – *Integrated cultural landscapes: a conceptual framework of heritage and geo(cultural)tourism in territory enhancement (Serra da Aboboreira, Baião)*, 11th European Geoparks Conference.
- MANTESSO-NETO, Virgínio (2010) – *Geodiversidade, Geoconservação, Geoturismo, Patrimonio Geológico, Geoparque: novos conceitos nas geociências do século XXI*. Disponível em <http://www.sugeologia.org/documentos/ACTAS%20VI%20CONGRESO%20URUGUAYO/trabajos/123_Mantesso-Neto_Virginio.pdf>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

- MARTINS, Luísa (2006) – *Património ou patrimónios: para uma gestão diacrónica do conceito*. «Inuaf Studia», n.º 10, p. 29-41.
- MONTANER, Josep (2008) – *Reciclaje de paisajes: condición posmoderna y sistemas morfológicos*. In NOGUÉ, J., ed. – *El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 233-248. (Col. «Paisaje y Teoría, Biblioteca Nueva»).
- MUÑOZ, Elízaga (1988) – *Georrecursos culturales*. «Geologia Ambiental». Madrid: ITGE, p. 85-100.
- NAME, Leo (2010) – *O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura*. «GeoTextos», vol. 6, n.º 2, p. 163-186.
- NIETO ALBERT, Luis (2001) – *Geodiversidad: propuesta de una definición integradora*. «Boletín Geológico y Minero», vol. 112, n.º 2, p. 3-12.
- NOGUÉ, Joan (2008) – *La valoración cultural del paisaje en la contemporaneidad*. In NOGUÉ, J., ed. – *El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 9-24. [Col. «Paisaje y Teoría, Biblioteca Nueva»].
- OLIVEIRA, Ana (2007) – *Património(s) em diálogo. Redes de Museus Municipais Gestão e implementação de estratégias. Caso de Cascais*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 292 p.
- PANIZZA, Mario (2001) – *Geomorphosites: Concepts, methods and examples of geomorphological survey*. «Chinese Science Bulletin», vol. 46, Supp. December, p. 4-5.
- PANIZZA Mario; PIACENTE, Sandra (2003) – *Geomorfologia culturale*. Bologna: Pitagora Ed., 350 p.
- PEREIRA, Ana Ramos (1995) – *Património Geomorfológico no Litoral Sudoeste de Portugal*. Lisboa, «Finisterra», XXX, 59-60, p. 7-25.
- PEREIRA, Paulo; PEREIRA, Diamantino; ALVES, Maria Isabel (2004) – *Património geomorfológico: da actualidade internacional do tema ao caso português*. *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*. Universidade do Minho, CD-ROM, 18 p.
- (2005) – *Paisagens culturais portuguesas como património geomorfológico*. «Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos», vol. 3, p. 211-214.
- PEREIRA, Paulo; PEREIRA, Diamantino; ALVES, Maria Isabel; BRILHA, José (2005) – *Geology, landscape and geomorphology: finding the place of geomorphological heritage*. *IV International Symposium ProGEO on the Conservation of the Geological Heritage: abstracts*. Braga, p. 10.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Património geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação: aplicação ao Parque Natural de Montesinho*. Dissertação de Doutoramento. Departamento de Ciências da Terra, Universidade do Minho, Braga, 370 p.
- PEREIRO, Xerardo (2006) – *Património cultural: o casamento entre património e cultura*. «ADRA», n.º 2, p. 23-41.
- PIMENTA, José (2007) – *O «Lugar do Passado» em Martins Sarmento: geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da cultura castreja (1876-1899)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, 673 p.
- REIS, Rui Pena (2000) – *O conteúdo dos elementos do património geológico. Ensaio de qualificação. I Seminário do Património Geológico Português*. Lisboa: Ed. Comemorações dos 150 anos da criação da Comissão Geológica (1848-1998), 4 p.
- REYNARD, Emmanuel; CORATZA, Paola (2007) – *Geomorphosites and geodiversity: a new domain of research*. «Geographica Helvetica», Jg. 62, Heft 3, p. 138-139.
- REYNARD, Emmanuel (2005) – *Géomorphosites et paysages*. «Géomorphologie: relief, processus, environnement», n.º 3, p. 181-188.
- (2007) – *A method for assessing the scientific and additional values of geomorphosites*. «Geographica Helvetica», Jg. 62, Heft 3, p. 148-158.
- (2008) – *Scientific research and tourist promotion of geomorphological heritage*. «Geogr. Fis. Dinam. Quat.», 31, p. 225-230.
- RIBEIRO, Orlando (2001) – *Paisagens, regiões e organização do espaço*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, 72, p. 27-35.
- RODRIGUES, Maria Luísa; FONSECA, André (2008) – *A valorização do geopatrimónio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais*. *VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, 14 p. Disponível em <http://www.sper.pt/actas7cier/FPD/Tema%20II/2_14.pdf>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

- SALGUEIRO, Teresa (2001) – *Paisagem e Geografia*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 37-53.
- SARMENTO, João (1997) – *Geografia Cultural e Geografia do Turismo: configurações para o final da década de 90. III Congresso da Geografia Portuguesa (1997)*. «Inforgeo», XII-XIII, 1999, p. 163-172.
- SOARES, Laura; COSTA, António; GOMES, Alberto (2010) – *Geografia, Arqueologia e Sistemas de Informação Geográfica: exemplos de articulação no estudo de arqueosítios do Norte de Portugal, III Jornadas do Quaternário*. «Estudos do Quaternário, Revista da APEQ», Braga, p. 171-188.
- SOUZA, Reginaldo (2009) – *O sistema GTP (geossistema-território-paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza*. «Revista Formação», n.º 16, vol. 2, p. 89-106.
- TELLES, Mário (s.d.) – *Ensaio sobre a amplitude do conceito de património cultural*, 20 p. Disponível em <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20110802124056.pdf>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].
- VÁZQUEZ VARELA, Carmen; MARTÍNEZ NAVARRO, José (2008) – *Del inventario patrimonial a la identificación de unidades de paisaje: estrategias en el marco de un desarrollo territorial sostenible. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Universidad de Barcelona. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/248.htm>>. [Acedido em 20 de Setembro de 2012].
- VIEIRA, António; CUNHA, Lúcio (2008) – *Património Geomorfológico no Portugal Central. Sua importância para a definição e valorização de áreas protegidas. Actas do V Seminário Latino-americano e I Seminário Ibero-americano de Geografia Física*, CD-Rom, Santa Maria – RS.
- WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin (2010) – *Os temas da geografia cultural*. In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, ed. – *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 27-61.